

Anexo 01: Políticas Prioritárias do G20 para Reduzir as Desigualdades no Mundo do Trabalho

1. A persistência da desigualdade de renda, entre outras, constitui grande barreira para um crescimento forte, sustentável, equilibrado e inclusivo. Por esta razão, abordar as causas profundas da desigualdade por meio de políticas macroeconômicas, sociais, de mercado e de trabalho, coordenadas e coerentes, está no centro do marco da presidência brasileira para a construção de um mundo justo, inclusivo e sustentável. As tendências globais evoluíram desde a última vez que examinamos a desigualdade de renda em 2015, sob a presidência da Turquia.

2. Uma análise recente da OIT e da OCDE mostra que muitos países sofreram um declínio de longo prazo na participação da renda do trabalho. Em 2022 e 2023, os salários ficaram atrás da inflação em muitos países do G20, levando a dificuldades para os trabalhadores e suas famílias. Embora o crescimento dos salários reais tenha sido retomado, em média, em 2024, entre os países do G20, os salários reais permanecem abaixo dos níveis pré-Covid-19 em muitos países. Além disso, o fosso entre o crescimento da produtividade e o crescimento dos salários continua a aumentar, com implicações negativas nas tendências da percentagem do rendimento do trabalho.

3. Reconhecemos que alguns trabalhadores em nossas sociedades, incluindo mulheres, trabalhadores de certos grupos raciais e étnicos, migrantes, trabalhadores mais velhos e jovens, pessoas com deficiência e outros, enfrentam discriminação e outras barreiras à igualdade e inclusão. Apesar do aumento na participação das mulheres na força de trabalho e dos níveis de educação, as disparidades salariais e de emprego entre homens e mulheres permanecem substanciais em muitas economias do G20, as quais se traduzem em lacunas na previdência. A segregação ocupacional, a desigualdade de gênero nas responsabilidades, incluindo responsabilidades de liderança, dentro das empresas, bem como a concentração das mulheres em indústrias de baixos salários, empregos de meio período e informais e trabalho não remunerado dificultam o progresso na redução da diferença salarial. As disparidades salariais entre os trabalhadores da economia formal e da informal persistem, pois, a informalidade e a falta de emprego de qualidade continuam a ser as principais fontes de desigualdade de renda em muitas economias.

4. A luta contra as desigualdades é dificultada, em muitos casos, por instituições e políticas do mercado de trabalho fracas e não adaptáveis. Isso inclui, no que diz respeito a processos justos e equitativos de fixação de salários, o respeito, promoção e concretização de princípios e direitos fundamentais no trabalho e aplicação eficaz da legislação trabalhista. O declínio da densidade sindical e uma redução correspondente na cobertura da negociação coletiva também enfraqueceram significativamente o poder de barganha dos trabalhadores e contribuíram para o aumento da desigualdade na maioria dos países do G20. O crescimento do trabalho em plataformas e da economia informal, bem como a classificação incorreta de trabalhadores em muitos países, impactou os ganhos e negou a muitos trabalhadores o acesso a direitos e proteções trabalhistas.

5. A criação de trabalho digno está no centro das políticas eficazes para reduzir as desigualdades de renda, apoiar um crescimento forte, sustentável e inclusivo e para garantir sociedades justas. Estamos comprometidos com políticas e medidas coerentes para lidar com as desigualdades no mundo do trabalho, em coordenação conforme necessário com outros ministérios e parceiros-chave. Nossas prioridades incluem:

- a. Políticas para fortalecer o diálogo social e o respeito, a promoção e a concretização dos princípios e dos direitos fundamentais no trabalho, incluindo a liberdade de associação e a negociação coletiva.
- b. Políticas salariais justas e equitativas para elevar os salários reais, reduzir a pobreza, incluindo a pobreza no trabalho, eliminar as disparidades salariais e progredir em direção a salários dignos. A este respeito, saudamos as recentes conclusões adotadas pela Reunião de Peritos da OIT sobre Políticas Salariais, Incluindo Salários de Subsistência.
- c. Reforçar as instituições do mercado de trabalho, como o diálogo social, incluindo a negociação coletiva, os mecanismos de fixação de salários e a aplicação das leis trabalhistas, em consonância com os direitos laborais internacionais e os quadros políticos. Desenvolveremos essas instituições conforme necessário e discutiremos ações nacionais para fortalecê-las, com a contribuição das Organizações Internacionais (OIs) em relação às medidas para lidar com o declínio da participação na renda do trabalho e tendências relacionadas.
- d. Medidas para eliminar as disparidades salariais e de emprego entre homens e mulheres, nomeadamente por meio da transparência salarial, da promoção do investimento em serviços de prestação de cuidados e na educação pré-escolar, além de medidas para reduzir a segregação profissional e as diferenças de responsabilidades nas empresas. Ao considerarmos medidas para aproveitar o progresso feito em direção aos Objetivos de Brisbane, pedimos à OIT e à OCDE que desenvolvam propostas sobre os compromissos do G20 para eliminar a disparidade salarial entre homens e mulheres, a serem consideradas durante a presidência sul-africana do G20.
- e. Políticas e programas para o fortalecer o acesso ao trabalho digno e abordar as desigualdades no mercado de trabalho para grupos vulneráveis e pessoas em situação de vulnerabilidade.
- f. Investimentos e iniciativas para expandir as oportunidades e ampliar o acesso à educação de qualidade e à aprendizagem ao longo da vida, incluindo programas de requalificação e qualificação, particularmente para trabalhadores desempregados, inativos e de baixa remuneração e baixa qualificação. Tais

medidas contribuem para um crescimento generalizado da produtividade, preenchendo as lacunas de competências e apoiando o aumento dos salários.

- g. Programas e políticas para promover transições digitais e energéticas justas que beneficiem os trabalhadores de forma ampla e ajudem a enfrentar as desigualdades existentes. Isso inclui o envolvimento dos trabalhadores e dos sindicatos no desenvolvimento e na implementação de prioridades, a promoção de políticas inclusivas e ativas do mercado de trabalho e a promoção da coerência entre as iniciativas para combater a desigualdade, promover as transições justas e os objetivos conexos.
- h. Políticas para promover a transição para o emprego na economia formal, garantir a classificação adequada dos trabalhadores e avançar para o trabalho digno na economia informal, melhorando as condições de trabalho em empregos informais e apoiando o amplo acesso à construção de habilidades, aos direitos trabalhistas e à proteção social adequada.
- i. Medidas para promover a economia social e solidária como fonte de trabalho digno, crescimento amplo da renda e acesso à proteção social adequada, aos direitos no trabalho e ao desenvolvimento social e econômico inclusivo.
- j. Proteção social universal, incluindo pisos salariais, o que fortalece a resiliência, reduz as desigualdades, a fome e a pobreza, facilitando transições justas ao longo do ciclo de vida, particularmente para trabalhadores em situação de vulnerabilidade.

6. Reconhecendo que as políticas macroeconômicas desempenham um papel fundamental no enfrentamento das desigualdades globais e domésticas, saudamos o foco nas desigualdades pelo Grupo de Trabalho Economia Global e pelo Grupo de Trabalho de Desenvolvimento sob a presidência brasileira. Trabalharemos para aumentar a coordenação entre as vertentes relevantes do G20, para incentivar uma agenda política coerente. Essa coordenação poderia incluir reuniões conjuntas entre os ministérios relevantes durante as futuras presidências do G20 para fortalecer a coerência das políticas, revisar e aperfeiçoar as fontes de dados nacionais, e permitir que nossos governos identifiquem e abordem as desigualdades em várias dimensões.

7. Tomamos nota do lançamento neste ano da Coalizão Global para a Justiça Social da OIT como uma plataforma para galvanizar o envolvimento com governos, parceiros sociais e outros para acelerar o progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e reduzir as desigualdades em escala global. No futuro, seremos guiados pelas conclusões sobre desigualdades no mundo do trabalho adotadas na 109ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho, levando em conta o Acelerador Global de Empregos e Proteção Social para Transições Justas.